

10 DEZ 2015

FOLHA DE S. PAULO

Fachin irá propor novo trâmite para processo de impeachment

Ministro do STF suspendeu rito até julgamento na quarta (16)

MÁRCIO FALCÃO
MARINA DIAS
VALDO CRUZ
DE BRASÍLIA

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luiz Edson Fachin afirmou que vai propor na quarta-feira (16), no julgamento de ações que questionam o pedido de afastamento da presidente Dilma Rousseff, um novo rito para o processo do impeachment, com definição dos passos do início, na Câmara dos Deputados, até o fim, no Senado.

Segundo o ministro, a ideia é permitir que um eventual processo de deposição de Dilma seja analisado por deputados e senadores sem o risco de que a todo momento a ação seja judicializada.

A proposta de Fachin foi bem recebida dentro do Palácio do Planalto depois da derrota sofrida na Câmara, quando a oposição conseguiu maioria na comissão que vai analisar o pedido de impeachment. A tramitação, porém, foi suspensa na noite de terça (8) pelo ministro do STF.

Auxiliares de Dilma estão otimistas quanto ao resultado no Supremo porque, segundo eles, o Judiciário deve “acabar com as arbitrariedades” do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Fachin negou nesta quarta (9) que sua decisão de suspender, provisoriamente, o rito do impeachment tenha representado uma interferência do Judiciário no Legislativo.

Ele não deu detalhes sobre os procedimentos que pretende apresentar ao plenário na semana que vem, mas afirmou que vai colocar novas questões, além de levar em consideração o rito adotado no impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello (PTB-AL).

As dúvidas são motivadas porque a Constituição, de 1988, e a Lei do Impeachment, que é de 1950 e define os crimes de responsabilidade do presidente da República e sua forma de julgamento, têm lacunas sobre o trâmite no Congresso.

Em ação apresentada ao Supremo, o PCdoB pede que

os ministros analisem vários pontos da lei. Nos bastidores, os integrantes da corte admitem que falta uma regulamentação do impeachment, o que deveria ter sido feito pelo Congresso após o julgamento de Collor.

“Rito significa o encaminhamento que examina o que está na lei de 1950 à luz da Constituição. Disso, resultará um procedimento que permitirá que o impeachment seja desenvolvido e processado sem nenhuma arguição de mácula, porque como mecanismo constitucional que ele é, evidentemente integra o Estado democrático de Direito e a vida democrática”, disse Fachin.

No julgamento, os ministros também terão que avaliar a tensa sessão da Câmara de terça, que aprovou em votação secreta uma chapa oposicionista para compor a comissão especial que analisará a petição contra Dilma.

Fachin indicou ser a favor do voto aberto, mas reforçou que caberá aos 11 ministros do Supremo avaliarem a legalidade dos atos dos deputados.

1 0 DEZ 2015

FOLHA DE S. PAULO

Prudência suprema

Decisão de ministro do STF suspende processo de impeachment até que a corte decida quais procedimentos devem ser observados

O ministro Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, conseguiu uma proeza na noite de terça-feira (8): proferiu decisão que contentou tanto o governo federal como as forças opositoras.

Examinando petições ajuizadas pelo PC do B, o ministro houve por bem suspender a formação da comissão especial que começará a analisar o pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT).

Até o próximo dia 16, quando o plenário do Supremo se debruçará sobre o tema, o processo permanecerá travado, com a interrupção de todos os seus prazos. Com uma ressalva de cautela, Fachin acrescentou que os atos já praticados, ao menos por ora, serão preservados.

A oposição não tem o que lamentar. Deputados e senadores anti-Dilma vinham se esforçando para retardar o desenrolar do episódio; num cálculo de conveniência, queriam esperar a deterioração ainda maior da situação econômica para ver facilitada a tarefa de mobilizar a sociedade contra a presidente.

O governo tampouco haverá de se queixar. O intervalo determinado pelo STF dá ao Planalto alguns dias para recompor suas tropas após a derrota expressiva que sofrera na própria terça-feira — por 272 votos a 199, a Câmara indicara para a comissão especial uma maioria favorável à deposição da petista.

Tais considerações, naturalmente, não influenciaram Edson Fa-

chin. Tratava-se, como assinalou o ministro, de evitar “atos que eventualmente poderão ser invalidados pelo Supremo” e “apresentar respostas céleres aos questionamentos suscitados”, a fim de dar ao caso maior segurança jurídica.

Nada mais necessário, e não só porque está em questão uma sanção tão extrema quanto o afastamento da presidente da República.

Como argumentou o PC do B em ação protocolada na semana passada, a lei 1.079, que regula o impeachment, foi editada em 1950 e jamais passou por atualização. Em 1992, no julgamento de Fernando Collor, o STF resolveu alguns pontos de conflito entre essa norma e a Constituição, mas não todos.

Eliminar as incongruências remanescentes, mais que uma faculdade do Supremo, é um dever. Já o seria em qualquer circunstância; quando Eduardo Cunha (PMDB-RJ) preside a Câmara dos Deputados, contudo, essa obrigação se transforma em verdadeiro imperativo.

Mestre do contorcionismo regimental, Cunha deu sinais evidentes de que consegue realizar variadas manobras no pouco espaço que a legislação lhe oferece.

Com desfaçatez, impôs o sistema de sua preferência para escolher a comissão especial do impeachment; como se não bastasse, atropelou a palavra dos líderes das bancadas e tornou secreto o voto que deveria ser aberto, segundo jurisprudência fixada pelo STF (cite-se a ADI 1.057).

O país precisa que, ao final do julgamento da presidente Dilma Rousseff, pouco importando o desfecho, não perdue dúvida quanto à legalidade do processo.

10 DEZ 2015

FOLHA DE S. PAULO

Justiça quebra sigilos de filho de Lula

Dados fiscais e bancários de Luis Claudio e do ex-ministro Gilberto Carvalho serão analisados pela Operação Zelotes

Investigação é feita na Operação Zelotes; empresa de lobby pagou R\$ 2,5 milhões a filho do ex-presidente

RUBENS VALENTE
DE BRASÍLIA

O juiz Vallisney de Souza Oliveira, da 10ª Vara Federal de Brasília, acolheu pedido do Ministério Público Federal e determinou a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa LFT Marketing Esportivo, pertencente a um filho do ex-presidente Lula, Luis Claudio Lula da Silva, e do ex-ministro e ex-chefe do gabinete pessoal de Lula, Gilberto Carvalho, hoje presidente do conselho nacional do Sesi (Serviço Social da Indústria).

A decisão, antecipada pelo portal "G1", foi tomada há duas semanas e está sob sigilo de Justiça. A investigação é um desdobramento da Operação Zelotes, desencadeada em março para apurar supostas fraudes e corrupção no Carf, conselho vinculado ao Ministério da Fazenda que julga recursos de empresas contra multas aplicadas pela Receita Federal.

A investigação da PF e do Ministério Público revelou que a empresa de Luis Claudio recebeu, entre 2014 e 2015, um total de R\$ 2,5 milhões da firma de lobby Marcondes e Mautoni, pertencente ao lobista e ex-diretor da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) Mauro Marcondes Machado.

Na mesma época, a Marcondes e Mautoni recebeu R\$ 16 milhões de duas empresas, a MMC e a Caoa, que atuam com produtos da Hyundai e da Mitsubishi.

Segundo a PF, estavam interessadas em obter medidas do governo federal para estender benefícios fiscais no setor automotivo.

A PF e a Procuradoria da República no Distrito Federal querem saber se há relação entre medidas adotadas pelo governo para o setor e os pagamentos feitos à empresa de Luis Claudio.

Também querem saber se há justificativa para o pagamento dos R\$ 2,5 milhões.

Sobre Gilberto Carvalho, os investigadores pretendem saber se ele recebeu alguma vantagem indevida enquanto trabalhava no governo e se ajudou de forma ilegal a edição de medidas provisórias que a PF considerou "compradas" para beneficiar o setor automotivo.

Procuradores que atuam na investigação pediram cautela sobre a avaliação do papel de Carvalho e levantaram a hipótese de o nome do ex-ministro ter sido usado indevidamente por lobistas.

Luis Claudio afirmou à PF ter trabalhado em projetos na área esportiva.

Ele entregou à PF estudos que comprovariam os serviços prestados à Marcondes e Mautoni.

A PF, porém, submeteu o material à análise técnica e concluiu que "o estudo produzido é baseado em meras

reproduções de conteúdo disponível na rede mundial de computadores, em especial no site Wikipédia", uma enciclopédia virtual.

▶ OUTRO LADO ◀

Defesa diz que tentará impugnar decisão judicial

Em nota divulgada nesta quarta-feira (9), o advogado de Luis Claudio, Cristiano Zanin Martins, afirmou que tomará "as medidas cabíveis para impugnar a quebra de sigilo, para que ela também seja reconhecida ilegal pela instância superior".

Segundo ele, os dados bancários e fiscais de Luis Claudio "já foram analisados pelas autoridades" em outro inquérito derivado da Zelotes, "que já se encontra encerrado e que não atribuiu a ele a prática de ato ilícito".

Em nota divulgada pela assessoria do Sesi, Gilberto Carvalho afirmou já ter tomado "a iniciativa de colocar à disposição da Justiça meus sigilos telefônico, fiscal e bancário, o que ficou devidamente consignado".

"Ao longo dos 12 anos que passei no Palácio do Planalto, me orgulho de não ter acumulado bens. Reafirmo que não tenho medo de ser investigado e considero dever da Polícia Federal, da Receita Federal e de qualquer órgão de controle realizar a investigação que julgar necessária."

1 0 DEZ 2015

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

LÍNGUA SOLTA

O Ministério Público Federal já não esconde que pode desencadear nova operação, de grande impacto, até o fim do mês. Procuradores da equipe de Rodrigo Janot já revelaram a advogados e integrantes do Poder Judiciário que estão colhendo depoimentos cruciais, nesta semana, para a Lava Jato e outras investigações em curso.

ROTEIRO

Há grande burburinho em Brasília também em torno da possibilidade de Mauro Marcondes, da Marcondes & Mautoni, finalizar acordo de delação premiada. Ele é acusado de participar da "compra" de medidas provisórias que beneficiaram o setor automotivo.

ROTEIRO 2

Marcondes é investigado também por ter pago R\$ 2,4 milhões por serviços de consultoria prestados por Luis Claudio Lula da Silva, filho do ex-presidente.

PAINEL

Plenos poderes De um importante senador peemedebista: "Se o STF não colocar um freio em Cunha, a Mesa Diretora da Câmara vai acabar decretando a prisão de Rodrigo Janot", disse o hiperbólico parlamentar.

10 DEZ 2015

GAZETA DO POVO

Governo do Paraná

aguarda por

acréscimo de R\$ 640 mi

no caixa

Verba, oriunda de depósitos judiciais e administrativos, irá pagar precatórios

Rosana Felix

● O caixa do governo do Paraná vai ter um acréscimo importante de recursos na sexta-feira (11). Nessa data, vence o prazo para a Caixa Econômica fazer a transferência de 70% dos depósitos dos processos judiciais e administrativos nos quais o estado faz parte, conforme permitiu lei federal sancionada em agosto. A Secretaria da Fazenda estima que vai receber aproximadamente R\$ 640 milhões – conforme saldo de 20 de outubro.

Para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no entanto, o montante disponível não é tão alto. De qualquer forma, a transferência vai agilizar o pagamento dos precatórios, que são dívidas do poder público já confirmadas pela Justiça e que podem levar décadas para serem quitadas.

Estimativas

Segundo estimativas da Comissão de Precatórios da OAB no Paraná, o estado deve fechar 2015 com o pagamento de cerca de R\$ 600 milhões, contra uma média de R\$ 450 milhões dos últimos anos. “O governo precisa depositar o mesmo montante

dos últimos anos e incrementar o pagamento com os depósitos judiciais. Não ficará no mesmo patamar”, diz o presidente da comissão, Emerson Fukushima.

A Lei Federal n.º 151/15 permitiu a estados e municípios o acesso aos depósitos judiciais dos processos em que figuram como parte. A norma determina que os recursos devem ser usados prioritariamente para o pagamento de precatórios. Caso não haja mais débitos dessa natureza, os depósitos judiciais podem ser usados para quitar a dívida pública fundada. Caso ela esteja zerada, o ente poderá usar o montante em despesas de capital ou recomposição dos fluxos de pagamento e do equilíbrio atuarial dos fundos de previdência próprios.

Questionamento

O acesso a esses depósitos, porém, não é assunto pacificado. A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) questionando a lei, questionando um modelo de empréstimo compulsório fora de hipóteses constitucionais.

DESCONTOLE GAÚCHO

A lei tenta impedir o descontrole nas finanças do poder público, como ocorreu com o Rio Grande do Sul. Desde 2004, os gaúchos usam o dinheiro de todos os depósitos judiciais – inclusive das ações em que o estado não é parte – para pagar despesas correntes. O Rio Grande do Sul já usou R\$ 8,3 bilhões, verba que terá de ser devolvida em algum momento.

10 DEZ 2015

GAZETA DO POVO

Pausa no impeachment

Decisões monocráticas de caráter liminar não exigem, de antemão, uma convicção definitiva sobre o mérito da questão - essa tarefa cabe ao plenário do STF

O processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff sofreu uma pausa na noite de terça-feira, por decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Edson Fachin. Ele acolheu, em caráter liminar, pedido do PCdoB que questionou a votação secreta que colocaria um enorme grupo de opositoristas na comissão especial que analisaria o pedido de cassação. O partido, da base aliada, ainda pede esclarecimentos sobre outros aspectos da Lei 1.079/50, que define os crimes de responsabilidade e vários aspectos do rito do impeachment.

Decisões judiciais devem ser cumpridas, disso não há dúvida — e pelo menos nesse aspecto o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, tem se portado bem, até porque a celeridade na tramitação do impeachment, como já explicamos, convém mais ao governo que à oposição. Mas o que dizer da liminar propriamente dita?

Em primeiríssimo lugar, há de se ter presente que decisões monocráticas de caráter liminar não exigem, de antemão, uma convicção definitiva sobre o mérito da questão — essa tarefa cabe ao plenário do STF, que se reunirá no dia 16. Em casos como esses, são duas as principais questões que se deve colocar. A primeira é: o pedido é plausível? E verdade que o STF foi provocado por alguém que tinha interesse direto em preservar a presidente Dilma, mas a exigência de uma votação aberta poderia ser feita por alguém sem interesse direto no assunto, ou mesmo por um membro da oposição? Cremos que sim, pelos mais diversos argumentos, desde o fato de

que o Regimento Interno da Câmara não se refere ao caso específico até a necessidade de transparência e a noção de que os eleitores têm o direito de saber como seus representantes votam em questões importantes. Configura-se, então, o que se chama, no Direito, de *fumus boni juris*.

A segunda questão é: há risco envolvido que exija uma resposta rápida? Isso o próprio ministro Fachin respondeu no texto de sua decisão, ao citar a possibilidade de que a legalidade de todo o processo acabasse afetada por um ato (no caso, a votação secreta) contrário à lei ou ao regimento da Câmara. Estamos, então, diante do que se chama de *periculum in mora*, o outro aspecto que embasa a concessão de uma decisão em caráter liminar.

Poderia ter sido diferente? Sem dúvida que sim. Fachin poderia, por exemplo, ter considerado que a escolha dos componentes da comissão especial estivesse incluída entre as “demais eleições” que de trata o inciso III do artigo 188 do regimento da Câmara e que se estaria diante de um caso em que valem as prerrogativas do presidente da casa. Qualquer uma das duas decisões é perfeitamente defensável. Em uma situação dessas, podem ter pesado as preferências político-partidárias do ministro? Seria ingênuo afirmar que não, embora seja necessário lembrar que Fachin também defendeu a votação aberta no caso da prisão do senador petista Delcídio do Amaral. O que não se pode é usar essas inclinações para desqualificar uma decisão liminar ou o próprio ministro.

CONTINUA

1 0 DEZ 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Os integrantes do Supremo têm até a próxima quarta-feira para estudar o assunto. Antecipando-nos aos magistrados e entrando no mérito da questão, temos a esperança de que os ministros se limitem a intervir apenas nas questões onde sua participação seja inevitável, no esclarecimento de brechas ou na correção de situações flagrantemente ilegais, respeitando a saudável autonomia dos poderes e as prerrogativas tanto do Legislativo quanto do presidente da Câmara.

10 DEZ 2015

GAZETA DO POVO

SUPREMO

Fachin vai propor regras para a tramitação do impeachment

● O ministro Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse na quarta-feira (9) que vai propor que a Corte estabeleça o rito para a tramitação do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff na Câmara. Fachin disse que vai sugerir um conjunto de regras para nortear o andamento do processo desde sua abertura, na Câmara, até sua conclusão, no Senado. O ministro afirmou ainda que vai se basear nas normas utilizadas no processo de impeachment do ex-presidente Fernando Collor, em 1992, mas fará algumas mudanças pontuais. "É isso que trarei na proposta de voto na quarta-feira [sobre a suspensão da tramitação do impeachment de Dilma]", disse Fachin. "O rito significa, na verdade, o encaminhamento que examina o que está na lei de 1950 [que rege o impeachment] à luz da Constituição. Desse exame, derivará um conjunto de procedimentos já previstos na lei. Alguns estão recepcionados pela Constituição, outros não. Disso resultará um procedimento que permitirá que o impeachment seja desenvolvido e processado sem nenhuma arguição de mácula. O Supremo, como guardião do procedimento, precisa zelar por esse procedimento regular." Fachin também rebateu críticas de que sua decisão atrasaria o processo de impeachment. Segundo ele, esse é um caso muito importante para que parem dúvidas sobre o seu procedimento legal. "As decisões precisam ser bem fundamentadas, pensadas."

1 0 DEZ 2015

GAZETA DO POVO

As duas faces de Michel Temer

Em público, vice nega que o PMDB vá desembarcar do governo. E diz que não irá trabalhar pelo impeachment. Nos bastidores, reúne-se com defensores da cassação de Dilma

CURITIBA E BRASÍLIA

Da Redação, com agências

● Nas declarações públicas, a promessa de que o PMDB não vai retirar o apoio à presidente Dilma Rousseff. Nos bastidores, uma intensa negociação para afastar o partido do Planalto, num claro indicativo de que parte expressiva dos peemedebistas trabalha pelo impeachment de Dilma.

Esse foi o dia do vice-presidente Michel Temer (PMDB). No início da tarde da quarta-feira (9), em rápida entrevista à imprensa, negou que o PMDB abandonará Dilma. Perguntado sobre isso, fez um gesto negativo com a mão. Apesar das divergências do partido com o Planalto, segundo informações de bastidores, ele reiterou essa informação em encontro que teve na noite da quarta com a presidente. A Dilma, o vice também teria assegurado que não irá trabalhar pelo impeachment, embora também não vá se envolver publicamente na defesa da presidente.

Apesar disso, Temer deu afinetadas no Palácio do Planalto durante o dia. Antes da reunião, afirmou que o país

vive uma “normalidade democrática extraordinária” — governistas vêm alegando que o processo de impeachment é um golpe. O vice também disse que foi “legítima” a votação da Câmara para escolher a comissão que analisará o impeachment — sessão que foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Governistas consideram que a votação foi ilegal, ao contrário do que diz Temer.

Romaria ao Jaburu

O vice passou boa parte do dia reunido com caciques do PMDB no Palácio do Jaburu, residência oficial do vice.

Senadores da sigla que se reuniram com Temer saíram do encontro afirmando que o vice estará “pronto” para assumir a Presidência caso haja o impeachment de Dilma. “O vice-presidente não fará qualquer tipo de movimento, mas, se a conclusão dos fatos, de acordo com o que determina a Constituição, revelar a decisão do Congresso brasileiro na direção de sucessão natural, ele naturalmente estará pronto em face das responsabilidades constitucionais que tem”, afirmou o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Pouco antes, Temer se reuniu com deputados do PMDB para chancelar a escolha do novo líder do partido na Câmara, Leonardo Quintão (MG). A escolha de Quintão é mais uma derrota de Dilma na Câmara. Integrante dos dissidentes do partido, favoráveis ao impeachment, Quintão substituiu Leonardo Picciani (RJ) — aliado do Palácio do Planalto.

Picciani foi destituído na quarta por 35 dos 67 deputados do PMDB. Os dissidentes reclamaram que ele só havia indicado peemedebistas governistas para a comissão do impeachment, recusando abrir espaço para quem defende a cassação de Dilma.

“Combina-mos, eu a presidenta Dilma, que nós teremos uma relação pessoal, institucional, que seja a mais fértil possível.”

Michel Temer, vice-presidente, na única declaração pública após o encontro com a presidente Dilma. O Planalto também emitiu nota informando que os dois decidiram manter uma “relação profícua”.

10 DEZ 2015

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



10 DEZ 2015

GAZETA DO POVO

A Operação Lava Jato na encruzilhada

Julgamento da soltura de Marcelo Odebrecht pelo STJ pode mudar o entendimento da Corte sobre prisões preventivas decretadas por Moro, “congelando” novas delações premiadas

Kelli Kadanus e Katna Baran, com agências

● O Superior Tribunal de Justiça (STJ) pode voltar a analisar nesta quinta-feira (10) os pedidos de habeas corpus dos executivos **Marcelo Odebrecht** (foto abaixo) e Marcio Faria, do grupo Odebrecht. O julgamento, que pode ser um divisor de águas na Operação Lava Jato, começou na semana passada, mas foi interrompido por pedidos de vista dos ministros Félix Fischer e Jorge Mussi. A análise é retomada quando os ministros devolvem os processos, o que pode ocorrer em qualquer sessão posterior, no prazo máximo de 20 dias — nesse caso, até o dia 23.

Se a maior parte dos cinco ministros que integram a 5.ª Turma do STJ acompanhar o voto do relator Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, pela concessão do habeas corpus, os executivos podem deixar a prisão, decretada em junho deste ano pelo juiz federal Sergio Moro. No voto, Dantas insinua que Moro estabeleceu “novos paradigmas” para justificar as prisões preventivas. Advogados da Lava Jato também contestam as detenções. Segundo eles, essa é uma forma de forçar novas delações premiadas.

Esse é um dos primeiros habeas corpus da Lava Jato que caiu nas mãos do ministro Dantas, recém-empossado no STJ e na função de relator dos pedidos de soltura dos investigados pela opera-

“Tais circunstâncias [os indícios contra Odebrecht] não justificam o estabelecimento de novos paradigmas para o instituto da prisão preventiva, sob pena de configurar verdadeiro julgamento de exceção, o que é repudiado pela ordem constitucional.”

Ribeiro Dantas, novo ministro relator no STJ dos habeas corpus de presos pela Lava Jato.

ção na Corte. Antes dele, o antigo relator, desembargador convocado Newton Trisotto, vinha confirmando as preventivas decretadas por Moro. Com a mudança, novos pedidos de liberdade de presos da Lava Jato podem vir a ser reconsiderados pelo STJ.

Para o procurador do Ministério Público Federal (MPF), Diogo Castor de Mattos, integrante da força-tarefa da Lava Jato, não há justificativa para a concessão de liberdade de Odebrecht, pois há indícios de que ele tentou destruir provas. Em seu voto da semana passada, o ministro Ribeiro Dantas destaca que se trata apenas de “elucubrações”. Para ele, Odebrecht poderia ir para o regime de prisão domiciliar e ser monitorado por tornozeleira eletrônica.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Ministro do STJ é citado em áudio de Delcídio

1 0 DEZ 2015

● O ministro Marcelo Navarro Ribeiro Dantas foi indicado para ocupar uma vaga no STJ pela presidente Dilma Rousseff em agosto. O nome dele foi o 2.º mais votado da lista tríplice, aprovada pelo pleno do STJ em maio — normalmente a presidente indica o primeiro colocado. Apesar de não ter sido o mais votado, Dantas tinha o apoio do presidente do STJ, Francisco Falcão, e do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Após a indicação de Dilma, o nome de Dantas foi aprovado pelo Senado.

Ele ocupou a vaga aberta desde setembro de 2014, com a aposentadoria de Ari Pargendler, que ocupava a função de relator de habeas corpus da Lava Jato no STJ. Até a entrada de Dantas, a vaga era temporariamente ocupada pelo desembargador Newton Trisotto, que vinha negando, na 5.ª Turma do STJ, todos os pedidos de liberdade de presos da Lava Jato na Corte.

Ribeiro Dantas foi citado na gravação de um diálogo do senador Delcídio do Amaral (PT-MS), preso preventivamente, com Edson Ribeiro, advogado do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró. Falando sobre um habeas corpus de Cerveró para o qual Delcídio disse estar interferindo junto a autoridades, Delcídio sugere que, com o ministro “Marcelo” na 5.ª Turma, a liberdade ao ex-diretor da Petrobras seria concedida.

1 0 DEZ 2015

GAZETA DO POVO

Justiça quebra sigilos de empresa de filho de Lula e de ex-ministro

● O juiz Vallisney de Souza Oliveira, da 10ª Vara Federal de Brasília, acolheu pedido do Ministério Público Federal e determinou a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa LFT Marketing Esportivo, pertencente a um filho do ex-presidente Lula, Luis Claudio Lula da Silva, e do ex-ministro e ex-chefe do gabinete pessoal de Lula, Gilberto Carvalho, hoje presidente do conselho nacional do Sesi. A decisão foi tomada há duas semanas e está sob sigilo de Justiça. A investigação é um desdobramento da Operação Zelotes, desencadeada em março para apurar supostas fraudes e corrupção no Carf, conselho vinculado ao Ministério da Fazenda que julga recursos de empresas contra multas aplicadas pela Receita Federal.

10 DEZ 2015

GAZETA DO POVO

Tornozeleiras são utilizadas por apenas 3% dos presos do país

Estudo do Ministério da Justiça e do Pnud mostra que o monitoramento não vem sendo utilizado como alternativa ao regime fechado

Raphael Marchiori

● Apesar da superlotação prisional no Brasil, o monitoramento eletrônico de presos ainda é uma realidade incipiente no país. Relatório divulgado pelo Ministério da Justiça em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) mostra que apenas 18 mil pessoas são vigiadas dessa forma no país — 3% da população carcerária. No Paraná, à época do levantamento, 818 presos eram monitorados — mesmo percentual nacional. O estudo feito entre fevereiro e julho deste ano mostra ainda que em apenas 12,33% dos casos a tecnologia é usada como alternativa ao regime fechado.

Em todo o país, a capacidade de monitoramento simultâneo é de 40.431 pessoas. O Paraná e o Rio Grande do Sul têm a maior capacidade de monitoramento simultâneo (cinco mil presos).

Segundo dados atualizados, o Paraná tem 28 mil presos

— 2.576 em regime semiaberto — e 2.013 monitorados eletronicamente. No Brasil todo são 607 mil presos, 200 mil a mais do que o sistema comporta.

Além da redução da superlotação, o uso da tornozeleira em mais casos geraria economia. Em média, o serviço custa R\$ 301,25 por pessoa — oito vezes menos do que manter uma pessoa na cadeia.

Para o juiz Eduardo Lino Bueno Fagundes Júnior, titular da 1.ª Vara de Execuções Penais do Fórum de Curitiba, os números do estado deverão crescer nos próximos meses. “Menos de 2% dos presos do regime semiaberto que estão sendo monitorados voltaram ao sistema penal por descumprir a medida, índice menor do que os dos meios tradicionais”, diz. Ele também ressalta a importância da tecnologia como alternativa à prisão provisória. “Dos presos provisórios, cerca de 30% ou são absolvidos ou têm condenação em regime aberto. A tornozeleira afasta o risco de aproximação com facções.”

A Sesp informou que é favorável ao crescimento do uso da tornozeleira no Paraná, mas ponderou que se preocupa com os critérios para a progressão da pena para evitar reincidências por presos que utilizem o equipamento.

CRÍTICA

Segundo o estudo do Ministério da Justiça e do Pnud, em 86,18% dos casos a tornozeleira é usada por quem já foi condenado pela Justiça, como situações de regime semiaberto em trabalho externo, aberto em prisão domiciliar e saída temporária. “Observamos que a monitoração eletrônica não vem se configurando como uma alternativa à prisão, mas como um instrumento aliado aos movimentos de controle social e de recrudescimento do poder punitivo”, criticaram as entidades.

10 DEZ 2015

FOLHA DE LONDRINA

MP ouve testemunhas da Operação Publicano 4

Loriane Comeli

Reportagem Local

Os promotores que atuam no Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina devem tomar hoje o depoimento de pelo menos quatro pessoas cuja condução coercitiva foi autorizada pelo juiz da 3ª Vara Criminal, Juliano Nannuncio, na quinta-feira passada, quando decretou, também, a prisão de 47 pessoas, sendo 44 auditores. Trata-se da quarta fase da Operação Publicano, que investiga o esquema de cobrança de propina por auditores da Receita Estadual de Londrina. Para o Ministério Público, assim como para outros órgãos públicos, o feriado foi adiado para sexta-feira.

Ontem, pelo menos cinco pessoas foram ouvidas no Gaeco. "São empresários que pagaram propina ou pessoas que tinham conhecimento de algum fato ilícito", comentou o promotor Jorge Barreto da Costa, coordenador do Gaeco. Enquanto isso, outras testemunhas ou possíveis investigados estão sendo ouvidas nas cidades onde residem, como capital e interior paulista, Belo Horizonte e cidades do Paraná. Ao todo, foram expedidos 52 mandados de condução coercitiva. "Esperamos que as oitivas sejam feitas o mais rápido possível", disse.

A pressa se justifica porque o delegado do Gaeco, Alan Flore, tem prazo até sábado para concluir o inquérito. Terminado, o relatório será encaminhado ao juiz e, então, volta ao Gaeco. "A partir do recebimento, temos cinco dias para apresentar a denúncia", explicou Barreto, afirmando, porém, que a intenção é protocolar a ação até o dia 16.

Até agora, nenhum dos presos na Publicano 4 obteve habeas corpus. Estão presos o suposto líder do esquema, o auditor Márcio de Albuquerque Lima, e sua esposa Ana Paula Pelizari Marques (que já estiveram detidos nas duas primeiras fases da operação); outros 38 auditores; e três particulares, incluindo o empresário Kouchi Yui e o advogado Luiz Lopes Barreto. Quatro auditores (três de Curitiba e um de Londrina) seguem foragidos.

1 0 DEZ 2015

FOLHA DE LONDRINA

STF vai analisar apenas rito do impeachment, diz ministro

Márcio Falcão

Folhapress

Brasília - O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, afirmou ontem que o principal papel do tribunal no pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff será o de avaliar o cumprimento do rito do processo e que os ministros não farão análise de mérito no caso. Barroso disse que não vê a decisão do ministro Luiz Edson Fachin de paralisar o andamento do pedido de afastamento de Dilma na Câmara como uma interferência do Judiciário.

“Se há alguma dúvida e algum questionamento, é melhor parar o jogo um minutinho e acertar isso. Acho que não é interferência”, afirmou. “Até porque a decisão dele foi motivada por membros do próprio Congresso ou por partidos políticos. Eu acho que o principal papel do Supremo no processo de impeachment é o controle do rito próprio. Decisões políticas de mérito pertencem ao Congresso. Certificar-se que o rito está sendo cumprido é papel do Supremo”, completou. Ele afirmou que, diante da gravidade do caso, o melhor caminho é esclarecer as eventuais dúvidas sobre o andamento do impeachment para garantir o respeito às regras do jogo tal como exigidas pela Constituição e pela lei do afastamento.

SUSPENSÃO

Numa decisão na noite de terça, Fachin suspendeu a tramitação do impeachment da presidente Dilma na Câmara. Isso vale até o julgamento pelo plenário do STF, no próximo dia 16, que vai avaliar ações de governistas que questionam o início do pedido de afastamento da petista na Casa e o rito do processo. Em sua decisão, Fachin interrompeu a instalação da comissão especial que irá analisar o processo e suspendeu todos os prazos. O ministro não anulou os atos praticados até agora, como a eleição realizada na tarde de terça que elegeu maioria oposicionista para o colegiado. As decisões tomadas pela Câmara serão avaliadas pelo Supremo. Fachin analisou uma ação apresentada pelo PCdoB pedindo que a votação da comissão fosse aberta e que os nomes fossem indicados por partidos e não blocos formados pelas legendas - além de que o processo na Câmara ficasse paralisado até que Dilma apresente sua defesa. Na decisão, o ministro ressalta ainda que a votação secreta não tem previsão na Constituição e nem no regimento interno da Câmara, portanto, o pedido do PCdoB seria plausível.

1 0 DEZ 2015

FOLHA DE LONDRINA

Mais transparência, menos corrupção

Para quem acha que o crime do colarinho branco compensa, segue um aviso: as condenações da Operação Lava Jato já somam quase 700 anos. Até ontem, o juiz Sérgio Moro, que conduz as ações em primeira instância, havia condenado 75 réus. Entre os condenados estão os maiores empreiteiros do País, ex-diretores da Petrobras e políticos. A maior pena da Lava Jato até o momento foi para o engenheiro Renato Duque, ex-diretor de serviços da Petrobras. Ele foi condenado a 20 anos e oito meses de prisão.

Dados do Ministério Público Federal (MPF) apontam que os crimes já denunciados na Lava Jato envolvem o pagamento de R\$ 6,4 bilhões em propina. Desse total, R\$ 1,8 bilhão foi recuperado via acordo de colaboração premiada, segundo a Procuradoria da República. A Lava Jato está fazendo o brasileiro mudar a sua compreensão sobre corrupção. Tanto que pela primeira vez, a corrupção foi apontada como o maior temor do brasileiro, em levantamento feito recentemente pelo DataFolha. Passou à frente da Saúde, que ocupou por várias vezes o ranking da pesquisa.

É uma boa reflexão para se fazer nessa semana em que se comemora duas datas importantes, o Dia Internacional de Combate à Corrupção (ontem) e o Dia Internacional dos Direitos Humanos (hoje). As duas datas têm relação. Um país indulgente com a corrupção não respeita os direitos do seu cidadão. Será que finalmente o brasileiro entendeu que a corrupção tira do trabalhador e de seus familiares direitos básicos como saúde e educação de qualidade?

Se a percepção que corrupção é o principal problema do Brasil cresce entre o povo, o mesmo não acontece entre os governantes, como apontou a pesquisa divulgada ontem pelo MPF, mostrando o ranking nacional dos portais da transparência. Nesse estudo, a nota zero é concedida aos municípios e estados menos transparentes e a nota 10 vai para os mais transparentes. Entre os mais de cinco mil municípios brasileiros, somente sete atingiram a nota máxima. E entre os estados, apenas o Espírito Santo. A pesquisa revelou ainda que a média das notas dos municípios brasileiros foi de 3,91, um índice bastante baixo se considerarmos que a Lei de Acesso à Informação está em vigor desde 2011.

É obrigação do poder público fazer uma administração transparente e aberta à participação do cidadão. A conta é simples: mais transparência na gestão pública significa menos corrupção.

1 0 DEZ 2015

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Auxílio-saúde na AL

O presidente da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, Ademar Traiano (PSDB), disse ontem que estudará, junto à Mesa Executiva, a possibilidade de conceder auxílio-saúde aos servidores efetivos e comissionados da Casa. A afirmação se deu após os parlamentares aprovarem o pagamento do mesmo benefício a funcionários do Tribunal de Justiça (TJ), nos moldes do que acontece, ainda, no Ministério Público (MP). Na sessão de ontem, o deputado Pedro Lupion (DEM) defendeu a medida, citando a “isonomia entre os poderes”.

'Pleito antigo'

De acordo com o tucano, porém, os membros da AL já dispõem de um plano de saúde, contratado por meio da associação que representa a categoria, com desconto proporcional nos salários. “Esse é um pleito antigo dos funcionários. Mas não posso me posicionar ainda porque dependo de uma análise da Mesa”, afirmou. No caso do TC, o auxílio deve variar entre R\$ 143,69 e R\$ 862,07 mensais, conforme a idade do funcionário, se estendendo ainda aos dependentes. O impacto aos cofres públicos no ano que vem foi calculado em R\$ 7,7 milhões.

1 0 DEZ 2015

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Protagonismo necessário

O Paraná esteve presente nos dois acontecimentos que mudaram o rumo do País no mensalão e agora no petrolão e a intensidade dos acontecimentos colocou em cena o ministro Luiz Fachin, do STF, que determinou a suspensão do processo do impeachment e cujo mérito (votação secreta, lançamento da chapa oposicionista e rito procedimental) deve ser apreciado no pleno dia 16. Nada indica que teremos algo que reabilite a degradação moral do entrevero havido anteontem em que era visível a ausência mínima de compostura, aliás presente na carta ridícula do vice Michel Temer, uma ruptura de filme mexicano de Pedro Armendariz se dirigindo a Dolores del Rio, que mostrou sua falta de dimensão para o papel que pretende exercer na vida brasileira, onde os melindres pessoais sobrepujam qualquer visão de país e o fisiologismo radical é explícito.

Nunca numa crise brasileira, a não ser na Revolução Federalista em razão do Cerco da Lapa, século retrasado, estivemos tão presentes como agora inclusive na deflagração da Lava Jato e no andamento da novela tanto a do impeachment quanto a do impedimento de Eduardo Cunha, em que aflora o oportunismo primata dos que admitem barganha de tal porte. A classe política sai muito mal de tudo isso não apenas pelas truculências, mas sobretudo pela pobreza do discurso e num momento em que ao Poder Judiciário, circunstancialmente em alta, caberá pela hermenêutica dar a solução constitucional aos atropelos parlamentares.

O argumento que pesou - o de que o próprio STF teria que mais tarde entrar no mérito da questão e anular atos praticados - ganha mais força quando o Tribunal Superior Eleitoral admitiu e processa a chapa Dilma Rousseff-Michel Temer por crime eleitoral com recursos desviados da Petrobras pelas gangues que a assaltaram. Aí, nesse caso, a dupla se reconcilia à força.

1 0 DEZ 2015

FOLHA DE LONDRINA

Defesa contesta cobrança de eleição de Rolândia

Luis Fernando Wiltemburg
Reportagem Local

O advogado Guilherme Gonçalves, que defende o ex-prefeito cassado de Rolândia Johnny Lehmann (PTB), contesta a versão do presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná, Jucimar Novochaklo, de que as custas da eleição suplementar do último domingo seriam custeadas pelo político. Segundo Gonçalves, a minirreforma eleitoral sancionada em setembro pela presidente Dilma Rousseff (PT) reverte as expensas para a Justiça Eleitoral.

No domingo, o presidente do TRE informou que o custo estimado do pleito extratemporal, que elegeu o médico Luiz Francisconi Neto (PSDB) prefeito para o próximo ano, seriam cobrados de Leh-

mann. Porém, a minirreforma eleitoral modificou o artigo 224 da Lei Eleitoral, revogando a atribuição ao político cassado e atribuindo, em seu parágrafo 4º, as custas à Justiça Eleitoral.

Para o advogado, como a norma envolve questões processuais, deve ter aplicação imediata em ações já em curso.

Procurada, a assessoria do TRE afirmou que o processo deve partir da Justiça Eleitoral de Rolândia, mas que deve seguir as novas normas.

CASSADO

Ao contrário do que foi informado na edição de segunda-feira, Johnny Lehmann teve o mandato cassado por abuso dos meios de comunicação, mas foi absolvido da denúncia de abuso de poder econômico.

Paraná Portal 10 DEZ 2015

RUY BARROZORUY BARROZO



**Publicado 10 de dezembro de 2015 às
08h40**

Tribunal de Justiça tem novo desembargador

O juiz de Direito substituto em 2º Grau, Fernando Ferreira de Moraes é o novo desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Ele foi eleito nesta quarta-feira, durante sessão do Pleno, conduzida pelo presidente da Corte, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos.

A posse do novo desembargador está marcada para a próxima segunda-feira, às 18h, na Sala de Atos do Gabinete da Presidência.

O magistrado ocupará a vaga decorrente da aposentadoria do desembargador Eduardo Lino Bueno Fagundes.

CONTINUA

10 DEZ 2015

Paraná Portal

CONTINUAÇÃO



Fernando Ferreira de Moraes, o mais novo desembargador do TJPR, sendo cumprimentado pelo presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos (a direita)

10 DEZ 2015

Diário Indústria & Comércio

UM BOM "PAPO" DE JORNALISTA PARA JORNALISTA



Estive em visita ao jornalista Ruy Barrozo que hoje é Diretor de Comunicação do Tribunal de Justiça do Paraná. Depois de conhecer aquele importante órgão estadual, mostrei um dos trabalhos jornalísticos que recentemente marcou minha trajetória profissional.

CONTINUA

Trata-se do suplemento especial alusivo à visita do Casal Imperial Príncipe e a Princesa Akishino do Japão, em visita a Curitiba recentemente. O histórico documento jornalístico, foi impresso nos idiomas português e japonês, cujo projeto foi desenvolvido pelo diretor de Marketing do Jornal “Diário Indústria e Comércio”, Luiz Antônio Gonçalves.

O elogio vindo de Ruy Barrozo, revestiu-se de muita importância, pelo fato desse profissional estar nesta atividade há mais de 30 anos, vindo de uma família de jornalistas, onde ele (Ruy) é da terceira geração. O avô de Ruy, Roberto Barrozo foi um grande e combativo jornalista, dirigindo por muitos anos o Diário da Tarde, onde publicava diariamente seus editoriais, sempre polêmicos.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONTINUAÇÃO

10 DEZ 2015

Posteriormente seu pai, Roberto Barrozo Filho, foi proprietário do Jornal de Curitiba e mais tarde o Jornal do Estado, hoje o Bem Paraná.

Ruy já escreveu para mais de 20 veículos do Paraná, entre eles Folha de Londrina/Folha do Paraná, Gazeta do Paraná (como diretor de redação), Revista Quem, Revista Curitiba É, Revista Diva, Diário do Paraná, Indústria & Comércio, Curitiba Metrópole, Revista TOP View, Semana no Litoral, Plus Magazine (EUA, como correspondente), Jornal do Batel, Correio Paranaense entre outros. Na rádio e na TV já ancorou o programa Social Light (Transamérica Light) e como colunista social e de eventos no programa de Ogier Buchi (Rede Mercosul).

Recentemente, a convite do Desembargador Paulo Vasconcelos, foi

CONTINUA

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONTINUAÇÃO

10 DEZ 2015

nomeado Diretor de Comunicação do
Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) .

Obrigado Ruy pelas considerações
feitas aos trabalhos que venho
desenvolvendo como jornalista.

E parabéns pelo seu excelente
desempenho na área da comunicação.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ministros negam interferência processo de impeachment

10 DEZ 2015



Ministro Edson Fachin suspendeu a tramitação do pedido de impeachment da presidente até quarta-feira, quando a Corte deve julgar a validade da Lei 1.079/50, que regulamentou as normas de processo e julgamento do impeachment

Dois ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) se pronunciaram ontem sobre a decisão do ministro Edson Fachin, que suspendeu na terça-feira a tramitação do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff até a próxima quarta-feira, quando a Corte deve julgar a validade da Lei 1.079/50, que regulamentou as normas de

processo e julgamento do impeachment.

Para os ministros Luís Roberto Barroso e Marco Aurélio, Fachin não interferiu nas atividades do Legislativo ao atender pedido do PCdoB, aliado do governo, para impedir a instalação da comissão especial. Segundo Barroso, o ministro determinou uma suspensão breve com o objetivo

de avaliar se o rito adotado pelos deputados está de acordo com a lei e a Constituição.

“Se há alguma dúvida e algum questionamento, é melhor parar o jogo um minutinho e acertar isso. Acho que não é interferência. Até porque a decisão dele [Fachin] foi motivada por membros do próprio Congresso ou por partidos políticos.”

SUPREMO MANTÉM CONDENAÇÃO DO EX-SENADOR LUIZ ESTEVÃO

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) manteve a condenação do ex-senador e empresário brasileiro Luiz Estevão. A decisão foi tomada ontem, em sessão extraordinária da turma. Em 2006, Estevão foi condenado a 31 anos de prisão pelo desvio de R\$ 169 milhões de recursos públicos na execução da obra do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) em São Paulo, na década de 1990. O ex-senador recorre desde então.

1 0 DEZ 2015

BEMPARANÁ

Orçamento do Estado para 2016 pode voltar à Justiça

Associação de Defensores Públicos ameaça recorrer novamente ao STF por verba de R\$ 140 milhões

Ivan Santos

Às vésperas do início do recesso parlamentar de final de ano, a discussão do Orçamento do Estado para 2016 pode novamente acabar na Justiça. A comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa aprovou ontem relatório que prevê a destinação de R\$ 54,1 milhões para a Defensoria Pública do Estado, além de outros R\$ 30 milhões que ficariam pendentes, dependendo de arrecadação além do previsto inicialmente. A Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep) e a Associação dos Defensores Públicos do Paraná (Adepar) insiste na aprovação dos R\$ 140 milhões pedidos pelo órgão. Caso contrário, ameaçam recorrer novamente ao Supremo Tribunal Federal (STF).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – que serve de base para a elaboração do Orçamento – previa o repasse desse valor à Defensoria. Na proposta original enviada à Assembleia, porém, o governo do Estado reduziu esse valor para apenas R\$ 45 milhões. A Anadep recorreu e na semana passada, o STF determinou a suspensão da votação do Orçamento e a recomposição das verbas do órgão – responsável

“A gente vai ter que analisar as medidas judiciais cabíveis para restaurar o Orçamento da Defensoria”.

da presidente da Associação dos Defensores Públicos do Paraná (Adepar), Thaísa de Oliveira

pelo atendimento de pessoas carentes que precisam de assistência jurídica. A alegação do ministro Luís Roberto Barroso foi de que a Defensoria tem autonomia financeira e não havia sido ouvida na discussão da proposta.

Esta semana, então, a Defensoria encaminhou sua proposta à comissão de Orçamento da Assembleia, retomando os R\$ 140 milhões originais. A comissão, porém, reduziu a verba para R\$ 54,1 milhões.

O líder da bancada do governo, deputado Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), alega que a Defensoria não teria necessidade de receber R\$ 140 milhões. Ele negou, ainda, que a decisão do STF obrigasse a

Assembleia a destinar esse valor para o órgão. “O STF determinou a suspensão do processo enquanto não houvesse a proposta da Defensoria. A proposta foi recebida e analisada, e definido o acréscimo de R\$ 7 milhões, mais os R\$ 30 milhões em caso de aumento da Receita”, alegou.

A presidenta da Adepar, Thaísa de Oliveira, contestou. “Os R\$ 140 milhões já foram assegurados pela liminar do STF”, garante. Ela argumenta que a Defensoria tem a mesma autonomia financeira que o Ministério Público Estadual e o Tribunal de Contas do Estado. E que o governo não mexeu no orçamento desses dois órgãos. Segundo a dirigente, a associação vai tentar convencer os deputados a reverterem o corte na semana que vem, quando o Orçamento deve ser votado em plenário. Caso isso não aconteça, a entidade não descarta novo recurso à Justiça. “Nesse caso, a gente vai ter que analisar as medidas judiciais cabíveis para restaurar o Orçamento da Defensoria”, confirmou.

CONTINUA

10 DEZ 2015

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

Ela também contestou a alegação do líder governista de que a Defensoria não precisaria de todo esse dinheiro. "Temos 54 aprovados em concurso (para serem convocados). E técnicos que recebem R\$ 1 mil ao mês de salário", apontou.

Adiado – O presidente da Assembleia, deputado Ademir Traiano (PSDB), pretendia votar a proposta de Orçamento em plenário, ontem, em primeiro turno, em sessão extraordinária. Os deputados Requião Filho (PMDB) e Raska Rodrigues (PV), contestaram, apontando que o relatório, aprovado ontem mesmo pela comissão, não havia sido publicado em Diário Oficial, o que abriria possibilidade para contestações na Justiça. Traiano recuou e adiou a votação para a próxima segunda-feira. A Assembleia pretende encerrar os trabalhos do ano na próxima quarta-feira, mas para isso, precisa antes aprovar o Orçamento.

1 0 DEZ 2015

BEMPARANÁ

Nepotismo

O Ministério Público entrou com sete ações por improbidade administrativa contra o prefeito de Marechal Cândido Rondon (região Oeste), Moacir Luiz Froehlich, vereadores e servidores municipais pela prática de nepotismo. Além do prefeito, são acusados quatro vereadores, dois secretários municipais e sete servidores. Entre eles, há irmãos, um sobrinho, uma filha e uma madrastra dos vereadores citados.

Corrupção

Como parte da campanha "10 Medidas contra a Corrupção", a 1ª Promotoria de Justiça de Telêmaco Borba (Campos Gerais) promove hoje uma reunião para mobilizar a sociedade local para a coleta de assinaturas para projeto de lei de iniciativa popular para aprimorar o combate à corrupção no país. A ação é uma iniciativa do Ministério Público Federal, apoiada pelo Ministério Público do Paraná. No encontro, será estabelecida uma meta de assinaturas para Telêmaco Borba.

TRIBUNA DO PARANÁ 10 DEZ 2015

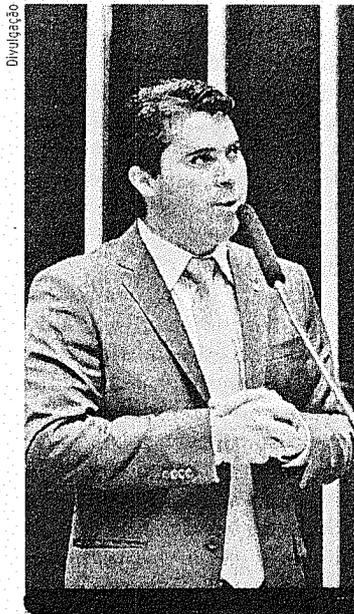
ENROLAÇÃO

Deputado de Rondônia é escolhido como novo relator do processo contra Cunha

Da redação com agências

O presidente do Conselho de Ética, José Carlos Araújo (PSD-BA), anunciou ontem à noite o novo relator do processo contra o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), deputado Marcos Rogério (PDT-RO). O parlamentar já está produzindo um novo parecer prévio e que pode apresentá-lo hoje. Araújo pretende votar o novo documento na próxima terça-feira e disse que, com a manobra para trocar o relator, o processo não começará do zero. 'Não começa tudo de novo', declarou.

O Conselho de Ética corre o risco de terminar o ano sem votar a admissibilidade do processo por quebra de decoro parlamentar do peemedebis-



Deputado foi eleito relator depois de muita confusão.

ta. Para isso, Araújo já marcou sessões para terça-feira de manhã e à tarde. "Queremos votar o relatório antes do recesso", afirmou. Embora tenha votado a favor dos requerimentos de adiamento de votação ontem, Marcos Rogério deve apresentar um parecer favorável à admissibilidade do processo contra Cunha. O deputado ale-

gou que defendeu o adiamento porque percebeu que havia uma manobra na Mesa Diretora para questionar a relatoria de Fausto Pinato (PRB-SP) e queria ganhar tempo para evitar nulidades processuais.

TROCA

A mudança de relator se deu após o vice-presidente da Câmara, Walter Maranhão (PP-MA) acatar um recurso de Cunha e determinar que a alteração fosse feita. Segundo a defesa do presidente da Câmara, Pinato não poderia ser relator por compor o mesmo bloco político de Cunha, alvo do processo. Contrariado, Pinato deixou a relatoria, mas pediu que Araújo recorresse da decisão. Araújo prepara ações contra Cunha apontando que o deputado usa o cargo em benefício próprio. Os conselheiros preparam um recurso no plenário pedindo a revogação da destituição de Pinato e um projeto de resolução pedindo o afastamento do presidente da Câmara. Não está descartado a possibilidade de pedir a intervenção do Supremo Tribunal Federal (STF).

SEM VOTAÇÕES

Após a sessão de ontem da Câmara dos Deputados, o presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) afirmou que não haverá mais votações por lá até a decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a tramitação do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT). Segundo Cunha, são os próprios partidos que estão interessados em obstruir as votações, aguardando uma decisão final do STF. A suspensão da instalação da comissão especial para analisar o processo, pelo ministro paranaense Luiz Edson Fachin, no final da noite de terça-feira, surpreendeu muita gente. Com a decisão, de caráter liminar, todo o andamento do impeachment fica suspenso (incluindo prazos que estiverem correndo, como o de defesa de Dilma) até que o STF se pronuncie permanentemente sobre o caso, na próxima quarta-feira.

SEM SIGILO

A Justiça Federal autorizou a quebra dos sigilos bancário e fiscal da LFT Marketing Esportivo, empresa de Luís Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e do ex-ministro e ex-chefe de gabinete de Lula, Gilberto Carvalho. Os pedidos foram feitos pela Receita Federal e Ministério Público Federal que investigam o suposto envolvimento dos dois em esquema de compra de medidas provisórias editadas nos governos Lula e Dilma na Operação Zelotes.

STF prorroga ação contra Renan e mais sete



O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF) prorrogou nesta quarta-feira (9) o prazo dos inquéritos sobre oito políticos investigados na Operação Lava Jato, incluindo um sobre o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e o deputado Aníbal Gomes (PMDB-CE).

Além deles, foi estendido o prazo das investigações sobre os senadores Edison Lobão (PMDB-MA), Valdir Raupp (PMDB-RO), Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Humberto Costa (PT-PE), bem como sobre o deputado José Mentor (PT-SP) e o ex-deputado João Pizzolatti (PP-PR). ●

Quebra de sigilo

O juiz Vallisney de Souza Oliveira, da 10ª Vara Federal de Brasília, acolheu pedido do Ministério Público Federal e determinou a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa LFT Marketing Esportivo, pertencente a um filho do ex-presidente Lula, Luis Claudio Lula da Silva, e do ex-ministro e ex-chefe do gabinete pessoal de Lula Gilberto Carvalho, hoje presidente do conselho nacional do Sesi (Serviço Social da Indústria).

Pena menor

O juiz federal Sérgio Moro decidiu hoje (9) reduzir em quatro meses a pena imposta por ele ao ex-deputado federal Pedro Corrêa em uma das ações penais da Operação Lava Jato. Ao analisar um recurso do Ministério Público Federal (MPF), Moro reconheceu que cometeu um "equivoco aritmético" e diminuiu a condenação de Corrêa para 20 anos e três meses de prisão.



Fachin vai propor rito para impeachment

O ministro Luiz Edson Fachin (foto), do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou nesta quarta-feira (9) que irá propor rito para o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

A proposta deverá ser feita no voto que ele irá apresentar na próxima quarta (16) no julgamento de uma ação do PC do B que questiona ato do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que acolheu o pedido de afastamento de Dilma, dando início ao processo.

"Eu vou propor, em relação ao exame da constitucionalidade, e da recepção, no todo ou em parte, da lei de 1950, um rito que vai do começo ao final do julgamento do Senado. É isso que trarei na proposta de voto na quarta-feira", disse o ministro ao final da sessão desta quarta do STF. ●